

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
EDITAL
CARGO DE PROFESSOR DOUTOR I – MS-3.1

A Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 01 cargo de Professor Doutor I, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de Fundamentos Teóricos das Artes, nas disciplinas AC-128 História do Teatro: Formas Espetaculares no Brasil I e AC-228 História do Teatro: Formas Espetaculares no Brasil II, do Departamento de Artes Cênicas do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas.

1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO

1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.

1.2. É desejável que o candidato tenha o seguinte perfil:

1.2.1. Experiência comprovada em atividades docentes e artístico-profissionais na área de interesse do concurso.

1.2.2. A inscrição de candidato que deixar de atender ao perfil desejável não será indeferida por este motivo.

2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI – para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP.

2.3. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/01, cujo texto integral está disponível no sítio http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684.

2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor I da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

- a) RTP – R\$ 1.510,70
- b) RTC – R\$ 3.834,78
- c) RDIDP – R\$ 8.715,28

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão recebidas todos os dias úteis compreendidos dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – DOE –,

no horário das 09 às 12 e das 14 às 17 horas, na Secretaria da(o) Departamento de Artes Cênicas, do Instituto de Artes, situada(o) na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Barão Geraldo.

Endereço: Rua Pitágoras, nº 500.

3.2. A inscrição será efetuada mediante requerimento dirigido ao Diretor do Instituto de Artes, Prof. Dr. Esdras Rodrigues Silva, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

a) prova de que é portador do título de doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a ata da defesa de sua Tese de Doutorado, sendo que a comprovação do título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. Os candidatos que tenham obtido o título de Doutor no exterior, caso aprovados, deverão obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão;

b) documento de identificação pessoal, em cópia;

c) sete exemplares de memorial, com o relato das atividades realizadas e a comprovação dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:

c.1. títulos universitários;

c.2. curriculum vitae et studiorum;

c.3. atividades científicas, didáticas e profissionais;

c.4. títulos honoríficos;

c.5. bolsas de estudo em nível de pós-graduação;

c.6. cursos frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.

d) um exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial;

e) plano de trabalho, que deverá conter:

e.1. Proposta de desenvolvimento para disciplinas em concurso;

e.2. Proposta de atividades em pesquisa, incluindo atuação na Pós-Graduação; orientação de Iniciação Científica e integração ou coordenação de grupo de pesquisa;

e.3. Proposta de atividades em extensão.

3.2.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Secretaria da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação ao Diretor do Instituto de Artes, que a submeterá ao Departamento de Artes Cênicas, ou a outra instância competente, definida pela Congregação da Unidade a que estiver afeta a área em concurso, tendo este o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto.

3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será submetido à Congregação da Unidade, que encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação à deliberação da Câmara de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE.

3.3.2. O requerimento de inscrição no concurso será deferido se o candidato obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros presentes na Sessão da CEPE.

3.4. Os candidatos que tiveram os requerimentos de inscrição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do

calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das provas.

4. DA COMISSÃO JULGADORA

4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão indicados pela Congregação da Unidade e aprovados pela CEPE.

4.1.2. Pelo menos dois membros da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.

4.2. Poderão integrar a Comissão Julgadora profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do país ou do exterior.

4.3. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classificando os candidatos.

5. DAS PROVAS

5.1. O concurso constará das seguintes provas:

- a)** prova específica (peso 01);
- b)** prova de títulos (peso 02);
- c)** prova de arguição (peso 01);
- d)** prova didática (peso 01).

5.2. A prova específica consistirá de:

a) uma prova escrita dissertativa, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas ou conjunto de disciplinas em concurso. Esta parte da prova corresponderá a 60% da nota da prova específica;

b) análise do plano de trabalho. Esta parte da prova corresponderá a 40% da nota da prova específica;

5.2.1. No início da prova específica, a Comissão Julgadora fará a leitura da(s) questão(ões) da prova escrita dissertativa, concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos.

5.2.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.2.1 não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova específica escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

5.2.3. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.2.1 poderão ser utilizadas no decorrer da prova específica, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.

5.2.4. A análise do plano de trabalho será realizada pela Comissão Julgadora sem a presença do candidato.

5.3. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato.

5.3.1. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir o julgamento da prova de títulos.

5.4. Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o memorial apresentado na inscrição.

5.4.1. Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

5.4.2. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitado, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.

5.5. A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade no ano anterior ao concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

5.5.1. A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.

5.5.2. A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, diapositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.6. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

5.7. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1. As provas de títulos, arguição, didática e específica terão caráter classificatório.

6.1.1. A prova específica também terá caráter eliminatório, caso compareçam mais de 08 (oito) candidatos.

6.1.1.1. Na hipótese da prova específica ter caráter eliminatório, deverá ser observado o seguinte procedimento:

a) ao final da prova específica cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto no item 5.2 deste edital;

b) após a atribuição das notas, o resultado da prova específica será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública;

c) serão considerados aprovados na prova específica com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 07 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;

d) somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados na prova específica;

e) as notas atribuídas na prova específica por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3 deste edital.

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.2.1. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora e colocadas em envelope lacrado e rubricado, após a realização

de cada prova. Ao final de todas as provas do concurso, em sessão pública, os envelopes serão abertos pela Comissão Julgadora.

6.2.2. Caso a prova específica não tenha caráter eliminatório, a nota atribuída nesta prova deverá ser divulgada no final do concurso, nos termos do subitem 6.2.1.

6.3. Ao término das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, que será a média ponderada das notas atribuídas pelo examinador ao candidato.

6.3.1. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

6.3.2. Cada examinador fará a classificação dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais por ele apuradas e indicará o(s) candidato(s) para preenchimento da(s) vaga(s) existente(s), de acordo com as notas finais obtidas nos termos do item anterior. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, da qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do presente concurso público.

6.4.1. Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

6.5.2. Será indicado para nomeação o candidato que obtiver o primeiro lugar, isto é, maior número de indicações da Comissão Julgadora.

6.5.3. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a média geral obtida e o maior título universitário. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O presidente terá voto de desempate, se couber.

6.5.4. Excluído o candidato em primeiro lugar, procedimento idêntico será efetivado para determinação do candidato aprovado em segundo lugar, e assim subsequentemente até a classificação do último candidato aprovado.

6.5.4.1. Para as classificações seguintes deverão ser desconsideradas as indicações do candidato já classificado e considerada a ordem de classificação feita por cada um dos examinadores para os candidatos remanescentes.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 serão realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação do Instituto de Artes, que só poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, por 2/3 (dois terços) de seus membros presentes, quando unânime, ou por maioria absoluta, também de seus membros presentes, quando o parecer apresentar apenas três assinaturas concordantes dos membros da Comissão Julgadora.

6.8. O resultado final do concurso será submetido à homologação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- b) Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática;
- c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DO RECURSO

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no site da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br)

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no site www.sg.unicamp.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 01 ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá solicitar a retirada dos memoriais (item 3.2.c) entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado

na Secretaria do Departamento de Artes Cênicas, do Instituto de Artes. Após este prazo, se não retirados, os memoriais poderão ser descartados.

9.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-03/03 .

9.8.1. Cópia(s) da(s) Deliberação(ões) mencionada(s) poderá(ão) ser obtida(s) no sitio www.sg.unicamp.br ou junto à Secretaria do Departamento de Artes Cênicas, do Instituto de Artes, que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

Anexo I – Programas das Disciplinas

AC-128-A História do Teatro: Formas Espetaculares no Brasil I

EMENTA

Estudo, em contexto histórico, das principais manifestações artísticas do Brasil geradas pela cultura popular e de natureza teatral. Pesquisa de várias espécies de danças dramáticas, folguedos e jogos cênicos detectáveis na contemporaneidade. Conceituação de performance, patrimônio imaterial e (re) tradicionalização. Reflexão sobre a identidade expressiva do brasileiro e suas relações com a identidade cênica do ator em processo de formação.

OBJETIVOS

Geral: Contribuir para a formação do ator. Específicos: Estudar as origens e a natureza das principais formas espetaculares no Brasil. Estudar as relações entre as formas espetaculares e o contexto social, histórico, cultural e, principalmente, teatral. Investigar, na cena brasileira, a presença das formas espetaculares estudadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1- A formação do povo brasileiro segundo seus cantos, danças e músicas. 2- A cultura da rua. 3- Patrimônio imaterial e políticas públicas de preservação cultural. 4- Folclore e teatro folclórico: conceitos. 5- Performances: Danças dramáticas, folguedos, festas e encenações. (Consultar: Luís da Câmara Cascudo, Mário de Andrade e Rossini Tavares de Lima). 6- A contribuição dos folguedos para a formação do teatro brasileiro.

METODOLOGIA DE ENSINO

Leituras; comunicações orais; seminários; aulas expositivas; debates.

BIBLIOGRAFIA

ANCHIETA, José de. Auto representado na festa de São Lourenço. Peça trilingue, por M. de L. de Paula Martins. São Paulo: Museu Paulista, 1948. (Boletim I, 1493 versos). ANDRADE, Mário. Danças dramáticas do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/INL, 3 vol. 1983. BACARELLI, Milton João. Até chegarem as primeiras caravelas. In: I Concurso Nacional de Monografias. Rio de Janeiro, MEC/FUNARTE/SNT, 1977, pp 53-56. BAKTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média no contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 1987. BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1985. 582p. 3ª Ed. BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 385p. CAFEZEIRO, Edwaldo,

GADELHA, Carmem. História do Teatro Brasileiro: de Anchieta a Nelson Rodrigues. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ:EDUERJ:FUNARTE, 1996. 535p. CACCIAGLIA, Mario. Pequena história do teatro no Brasil: quatro séculos de teatro no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1986. 274p. CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. São Paulo: Global, 2000, 9ª ed. revista, atualizada e ilustrada. 768p. DIVISÃO DE PESQUISAS. Da rua ao palco: notas sobre a formação do teatro na cidade de São Paulo (Coord. de Maria Thereza Vargas). São Paulo: SMC/Centro Cultural São Paulo/Divisão de Pesquisas, 1982. 57p. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1983. 184p. FERNANDES, Francisco Assis Martins. A comunicação na pedagogia dos jesuítas. (Dissertação de Mestrado, ECA/USP). GARCIA, Clóvis. O aproveitamento do folclore no teatro erudito. São Paulo: Associação Brasileira de Folclore/Museu de Folclore Rossini Tavares de Lima, Junho/94. (Boletim de Leitura nº 12). HESSEL, Lothar e RAEDERS, Georges. O teatro jesuítico. Porto Alegre: UFRGS, 1972. O teatro no Brasil: da Colônia à Regência. Porto Alegre: UFRGS, 1974. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 158p. (17ª ed.). LARA, Cecília de. De Pirandello a Piolim: Alcântara Machado e o teatro no modernismo. Rio de Janeiro: INACEN, 1987. 153p. LIMA, Rossini Tavares de. A ciência do folclore. São Paulo: Ricordi, 1978. Abecê do folclore. São Paulo: Ricordi, 1985. Folguedos populares do Brasil. São Paulo: Ricordi, s.d. MAGALDI, Sábato. Panorama do Teatro Brasileiro. São Paulo: Global Editora, 1997. 3ª ed. 326p. MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço: Cultura Popular e Lazer na Cidade. São Paulo: Editora HUCITEC/Editora UNESP, 1998. 166p. MARINHO, Henrique. O teatro brasileiro. Paris: H. Garnier, 1904. O CIRCO: artes plásticas, fotografia, cenografia, circo-teatro, cinema, áudio-visual. Coordenação de Lourdes Cedran. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Paço das Artes, 1978. PAIXÃO, Múcio da. O teatro no Brasil. Rio de Janeiro: Moderna, 1936. 605p. PEREIRA, Niomar de Souza. Cavalhadas no Brasil. São Paulo: Escola de Folclore, 1984. O teatro folclórico. São Paulo: Associação Brasileira de Folclore/Museu de Folclore Rossini Tavares de Lima, junho/94. (Boletim de Leitura nº 12). PONTES, Joel. Teatro de Anchieta. Rio de Janeiro: MEC/SNT, 1978. 88p. (Coleção Ensaios, 5). PRADO, Décio de Almeida. Teatro de Anchieta a Alencar. São Paulo: Perspectiva, 1993. 346p. PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1980. 356p. 23ª ed. RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 476p. RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. O Jongo. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1984. 73p. ROMERO, Sílvio. Folclore Brasileiro: Cantos Populares do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. 306p. SILVA, Lafayette. História do teatro brasileiro. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938. 479p. SOUZA, Galante de. O teatro no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1968. 398p. TEIXEIRA, João Gabriel L. C., GARCIA, Marcus Vinicius Carvalho, GUSMÃO, Rita (Orgs.). Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização. Brasília (DF): Universidade de Brasília, 2004

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Trabalho escrito individual; Participação em seminários; Participação em classe.

AC-228-A História do Teatro: Formas Espetaculares no Brasil II

EMENTA

Aprofundamento das pesquisas realizadas em Formas Espetaculares no Brasil I. Investigação prática a partir das matrizes estudadas.

OBJETIVOS

Estudar as manifestações de teatro popular brasileiras, desde as burletas do século XIX ao teatro de rua atual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

* O teatro popular. Histórico no Brasil;* A burleta: O Cordão, de Arthur Azevedo;* O circo-teatro. História.* Influência do circo-teatro no teatro brasileiro. Peça: Vem buscar-me que ainda sou teu, Carlos Alberto Soffredini.* O teatro de rua.* A encenação na rua.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas e exercícios cênicos voltados ao teatro popular.

BIBLIOGRAFIA

CARREIRA, André Luiz Antunes Netto Teatro de rua: (Brasil e Argentina nos anos 1980): uma paixão no asfalto. São Paulo: Hucitec.COSTA, Eliene Benício Amâncio. Saltimbancos urbanos: a influência do circo na renovação do teatro brasileiro nas décadas de 80 e 90. São Paulo: ECA/USP, 2 vol., 1999. 717p. (Tese doutorado em Artes Cênicas).CRUCIANI, Fabrizio; FALETTI, Clélia. Teatro de rua. São Paulo, Hucitec. DUARTE, Regina Horta. Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX.Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995. 279p.PRADO, Décio de Almeida. Teatro de Anchieta a Alencar. São Paulo: Perspectiva, 1993. 346p._____ História Concisa do Teatro Brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2003.ECA/USP, 2 vol., 1993. 449p. (Dissertação, mestrado em Artes Cênicas).SILVA, Hermínia. Circo-teatro: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil. São Paulo: Editora Altana.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Participação em aula;
- Avaliação escrita;
- Avaliação prática